



Revista Eletrônica de Filosofia
Philosophy Eletronic Journal
ISSN 1809-8428

São Paulo: Centro de Estudos de Pragmatismo
Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Disponível em <http://www.pucsp.br/pragmatismo>

Vol. 14, nº. 2, julho-dezembro, 2017, p.199-217
DOI: 10.23925/1809-8428.2017v14i2p41-57

A EDUCAÇÃO EM KANT COMO CONDIÇÃO DE AUTONOMIA DO INDIVÍDUO

José Wilson Rodrigues de Brito

Mestrando PPGFIL – UFPI. Especialista em Ensino de Filosofia (UESPI) e em Educação do Campo (UEMA); Bacharelado e Licenciado em Filosofia (UFC). Professor Substituto de Filosofia no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UEMA no Centro de Estudos Superiores de Coelho Neto. nosliwbrito@hotmail.com

Francisco Jozivan Guedes de Lima

Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, Porto Alegre, RS, Brasil), professor no PPG de Filosofia da Universidade Federal do Piauí (UFPI). jozivan2008guedes@gmail.com

Resumo: Com este trabalho, visamos, através de uma pesquisa teórica referencial, discutir sobre a questão das contribuições da Filosofia da Educação de Kant no que se refere a um direcionamento da saída da minoridade à maioria do indivíduo a partir do elemento essencial da educação. Partindo especificamente da filosofia prática para a vivência do compromisso por parte de cada indivíduo na sociedade, notando esta construção da autonomia dos sujeitos a partir do pensar. Usamos como fontes primárias as obras *Sobre a Pedagogia* (1803) e *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1785) de Immanuel Kant, bem como outras fontes em nossa pesquisa. Partimos de uma relação entre o conceito de educação e seus pressupostos para que se tenha uma melhor compreensão do conceito de educação na visão do filósofo alemão. Perpassamos os conceitos fundamentais com relação a esta temática que são: esclarecimento, educação e autonomia, bem como a construção moral dos indivíduos em meio à disposição para assumir o compromisso em fazer o bem na sociedade. Pressupondo-se, então, que para Kant, uma educação que atinja sua finalidade cumpre, ao mesmo tempo, a finalidade da filosofia moral e política.

Palavras-Chave: Autonomia. Compromisso. Esclarecimento. Filosofia prática. Kant.

EDUCATION IN KANT AS A CONDITION OF INDIVIDUAL AUTONOMY

Abstract: *With this work, we aim, through a theoretical reference research, to discuss the question of the contributions of the Philosophy of Education of Kant with regard to a direction of the exit of the minority to the majority of the individual from the essential element of education. Specifically starting from the practical philosophy for the experience of the commitment on the part of each individual in the society, noting this construction of the autonomy of the subjects from the thinking. We used as primary sources Immanuel Kant's About Pedagogy (1803) and the Foundations of the Metaphysics of Customs (1785), as well as other sources in our research. We start from a relation between the concept of education and its presuppositions so that one has a better understanding of the concept of education in the view of the German philosopher. We pass through the fundamental concepts in relation to this theme, which are: enlightenment, education and autonomy, as well as the moral*

construction of individuals in the midst of their willingness to commit themselves to doing good in society. Assuming, then, that for Kant an education that achieves its purpose fulfills, at the same time, the purpose of moral and political philosophy.

Keywords: *Autonomy. Commitment. Enlightenment. Practical philosophy. Kant.*

* * *

Considerações iniciais

Com este estudo se pretende, através de uma pesquisa teórico-referencial, refletir sobre o tema concernente à filosofia da educação no que diz respeito, mais precisamente, à contribuição da filosofia prática, que no pensamento de Immanuel Kant (1724-1804) pode ser entendida como a construção ética e moral que dará base à autonomia do indivíduo frente às deliberações que deverão ser tomadas pelo mesmo na sociedade. Parte-se, então, do seguinte problema/questionamento: quais as principais contribuições da filosofia da educação de Kant na formação da autonomia de pensamento do indivíduo? Para tentarmos compreender o problema citado, usamos como fontes basilares as obras *Sobre a Pedagogia* (1803) e a *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1785), obras estas do autor aqui explorado, Immanuel Kant. Também serão utilizadas outras fontes que auxiliarão na melhor compreensão sobre a filosofia da educação no pensamento kantiano.

Partiremos de uma relação entre o conceito de educação e seus pressupostos para que se tenha uma melhor visão a respeito da visão de educação desenvolvida na teoria filosófica de Kant. Este pressupõe alguns elementos para que o ser humano possa realmente adquirir uma autonomia diante dos compromissos que deverá assumir no contexto em que está inserido: os conceitos de esclarecimento, educação e autonomia de pensamento por parte do indivíduo. Daí o vislumbre de uma disposição para que se possa assumir o compromisso em fazer o bem na sociedade à qual o mesmo pertence.

A educação é o processo que está totalmente relacionado com a moral, pois segundo Kant, uma boa educação é precisamente a fonte de onde brota todo bem neste mundo. Kant compreende que a educação tem um aspecto pragmático tendo por objeto preservar a vida, buscar a civilização e apontar para princípios morais, culminando com o encaminhamento do ser humano em direção ao fim último. Portanto, uma educação que atinja sua finalidade cumpre, ao mesmo tempo, a finalidade da filosofia moral e também da política. A moralização do ser humano é o ideal a ser seguido no processo de educação, isto partindo de uma educação mais voltada, em primeiro momento, à prática, e em um segundo momento mais abstrato, teórico, quanto à formação de conceitos. Isto perpassando, em seus dois momentos, a questão essencial da disciplina dos indivíduos, para que aos poucos possam alcançar o esclarecimento, nesta sua saída da minoridade à maioridade. Daí, então, chegar à autonomia de pensamento frente as mais diversas circunstâncias de sua vida em sociedade.

Tópicos essenciais da Filosofia Educacional de Kant

Tendo como pressupostos da reflexão kantiana os conceitos de esclarecimento, educação e autonomia, percebe-se a tese de que a educação possibilita ao ser humano desenvolver, cada vez mais, a capacidade e a coragem de sair do estado de menoridade e alcançar, progressivamente, a maioridade, tornando-se um sujeito esclarecido e autônomo.

Para Kant o conceito de esclarecimento pode ser entendido como este desenvolver a própria capacidade individual de pensar por si, tendo em vista alcançar a capacidade de suprir suas limitações na condição da pessoa humana, de modo que possa chegar ao ápice de sua autonomia.

O filósofo Kant defende que a educação é um processo decisório, já que depende muito da motivação e deliberação, e que esta necessita cada vez mais de fundamentação em sua formulação. Neste sentido, o ser humano, enquanto um ser aberto à autonomia é tomado como o único ser que pode ser educado, de maneira que, através da educação, venha a adquirir as reais possibilidades de sair da menoridade para a maioridade, entendendo que

A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. Sapere aude! Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento (Aufklärung)¹.

Contraopondo a menoridade, é possível observar em Kant o conceito de maioridade, que é tomada como o próprio esclarecimento. Deste modo, a junção do uso da razão e do esclarecimento é vista como a melhor maneira de vencer a ignorância e construir um mundo baseado no progresso e na liberdade. Isto fazendo um aporte ao movimento iluminista da modernidade. Este movimento intelectual tornou-se cada vez mais comum entre escritores e filósofos que buscavam respostas racionais para os vários aspectos da sociedade, da natureza e do universo.

Neste sentido, o teórico abordado defende que a razão é apta a evoluir no desenvolvimento do ser humano, uma vez que, como menciona Kant “o ser humano não consegue atingir o esclarecimento se não for educado, desde a tenra idade, mesmo que ainda criança esteja ele inflamado à liberdade”².

O ser humano deve ser educado para atingir um dos seus principais aspectos, que é esta ascensão do conhecimento meramente de senso comum ao que se adquire pela autonomia, que é a luta por sua liberdade de pensar por si mesmo, independentemente de outrem. Para Kant, o ser humano não nasce

¹ KANT, I. *Resposta à pergunta: Que é esclarecimento?* Textos Seletos. Tradução Floriano de Sousa Fernandes. 3 ed. Editora Vozes: Petrópolis, RJ. 2005. p. 63-64.

² KANT, I. *Sobre a Pedagogia*. Trad. De Francisco Cock Fontanella. 2ª ed. Piracicaba Editora Unimep, 1999. p. 13.

esclarecido, esse esclarecimento se adquire aos poucos mediante a sua educação. Por esta razão a política educacional deve ter como objetivo a satisfação do ser humano e sua necessidade de ser educado, rumo à saída do estado de sua minoridade e chegada à maioridade, tendo como um desafio o uso de sua própria autonomia.

Ao analisarmos a passagem kantiana que diz: “O Homem é a única criatura que precisa ser educada”³, é possível percebermos o quanto Kant dá ênfase ao processo educacional, tendo em vista que ao ser humano compete submeter-se à educação desde sua infância, para que deste modo, possa ter a real condução da conquista de sua emancipação.

Ao se buscar a melhoria qualitativa da educação partindo da subjetividade deste indivíduo é notável que não pode denotar esta qualidade de ser educado a outros seres tomados como irracionais, mas apenas e somente àquele que tem em si a capacidade potencial de ser pensante, de ser racional. Diferentemente de todo e qualquer outro ser no mundo, conforme Kant apresenta, onde “os animais, portanto, não precisam ser cuidados, no máximo precisam ser alimentados, aquecidos, guiados e protegidos de algum modo. A maior parte dos animais requer nutrição, mas não requer cuidados”⁴. Neste sentido, percebe-se que Kant frisa essencialmente que a educação de uma criança já começa a partir de seu ninar, pois já se tem uma concepção de que desde muito cedo o indivíduo tem necessidade de se encontrar neste processo educacional para que haja um início da caminhada rumo às aquisições de todo o seu alicerce e fundamento de suas possibilidades no que se refere às faculdades mentais. Nisto consiste também a real importância da educação neste desenvolver do ser pensante necessariamente através da disciplina e instrução.

Como menciona Pinheiro:

A educação tem, como tarefa própria, encaminhar o homem em direção ao fim último que é a sua ideia de perfeição. Assim uma educação que atinja sua finalidade cumpre ao mesmo tempo, a finalidade da filosofia moral e política. O homem moral é o ideal a ser seguido no processo de educação⁵.

Aqui é importante ressaltar que a finalidade da filosofia moral e política é dar sustentabilidade ao ser humano moral, estando este inserido em um contexto educacional, cabendo mencionar que a educação é um caminho árduo e que deve ser percorrido por uma longa trajetória a ser trilhada constantemente.

Conforme a teoria de Kant, o ser humano é um verdadeiro fruto da educação, tendo em vista que, “o homem não se pode tornar um verdadeiro homem senão pela educação”⁶. Daí é possível afirmar que a instrução e a disciplina possuem uma

³ KANT, I. *Sobre a Pedagogia*. Trad. De Francisco Cock Fontanella. 2ª ed. Piracicaba Editora Unimep, 1999, p. 11.

⁴ Ibid. p. 11.

⁵ PINHEIRO, C.M. *Kant e a educação em Kant: reflexões filosóficas*. Caxias do Sul: Educus, 2007, p. 15.

⁶ KANT, I. *Sobre a Pedagogia*. Trad. De Francisco Cock Fontanella. 2ª ed. Piracicaba Editora Unimep, 1999, p.15.

intrínseca relação entre si, já que a “disciplina é uma força que entra em conflito direto com a força da selvageria com a finalidade de anulá-la. A indisciplina, inata à selvageria do homem, necessita, desde cedo de coação”⁷. Com isto, uma não pode separar-se da outra neste processo de construção educacional do indivíduo rumo à sua autonomia, como deixa claro Kant:

Quem não tem cultura (instrução) de nenhuma espécie é um bruto; quem não tem disciplina ou educação é um selvagem. A falta de disciplina é um mal moral pior que a falta de cultura, pois esta pode ser remediada mais tarde. Ao passo de que não se pode abolir o estado selvagem e corrigir um desafio da disciplina⁸.

Neste sentido é de grande valia acrescentar o quanto a educação tem um papel essencial na formação e construção deste ser humano autêntico, uma vez que a educação se torna na verdade uma condição para esta saída da ignorância frente ao conhecer. Ao estabelecer a educação como uma via de acesso ao ser autônomo, Kant deixa claro o real valor que existe na questão da instrução racional como um dos pilares de sustentabilidade do ser humano como protagonista deste processo.

Nota-se que, ao se deparar com o termo selvageria, entendida como a falta de cultura (instrução), Kant focaliza uma discussão no que concerne a necessidade de saber diferenciar bem os termos esclarecimento, educação e autonomia, tríade esta que compõe uma vivência prática da própria construção individual. Neste sentido, Kant considera a educação uma arte, uma vez que, “entre as descobertas humanas há duas difíceis, e são: a arte de governar os homens e a arte de educá-los”⁹.

Desta forma, constata-se que, entre essas duas descobertas: a arte de governar os homens e a arte de educá-los, as mesmas são colocadas como portadoras de enormes valores, uma vez que o homem nunca vai deixar de ser governado pelos outros. Consequentemente, se o entendimento dessas hipóteses não vir seguido de educação, o ser humano, não adquire sua autonomia. Portanto, estas duas artes não serão seguidas por nenhuma geração, de maneira que não se possa espalhar conhecimento nenhum, pois não poderão ser educados de forma alguma.

Kant diz que educação mecânica é aquela que se embasa somente em acontecimentos ocorridos, ou seja, empíricas ou vistos como exemplos para a educação. Enquanto a educação racionalizada é aquela que vem dos conceitos puros da razão, sem intervenção da experiência. Assim ele afirma que, uma boa educação é justamente a fonte de todo bem neste mundo, já que: “na verdade, não há nenhum princípio do mal nas disposições naturais do ser humano. A única causa do mal consiste em não submeter a natureza às normas. No homem não há germes, senão para o bem”¹⁰.

⁷ BRESOLIN, Keberson. *A filosofia da educação de Immanuel Kant: da disciplina à moralidade*. Caxias do Sul, RS: Educus, 2016, p. 71.

⁸ Ibid., p.16.

⁹ Ibid., p.20.

¹⁰ KANT, I. *Sobre a Pedagogia*. Trad. De Francisco Cock Fontanella. 2ª ed. Piracicaba Editora Unimep, 1999, p.23.

Com isto, cabe fazer uma observação sobre o modo em que deve ser trabalhada a educação, para que o homem possa se tornar um ser esclarecido e autônomo, pois a educação não é um dispositivo para salvar o ser humano com seu conhecimento e entendimento, mas sim, para direcionar os indivíduos rumo à autonomia.

É notório que para Kant a sujeição que o educando recebe pode ser positiva ou negativa, sendo que, em seu sentido positivo deve fazer aquilo que é mandado, enquanto não pode ainda julgar por si mesmo, tudo apenas como uma capacidade de imitar. Já no aspecto negativo, o educando deve fazer aquilo que os outros desejam isto porque, se quer que eles, por sua vez, façam algo que lhe seja agradável. Neste sentido, a sujeição é positiva quando a criança se adapta, imita os seus educadores para um dia se tornar um ser moral, com autonomia sobre si, atingindo o estado de maioridade, pois “todo o processo da educação kantiana tem como escopo a moralidade e, para isso, visa fortalecer o caráter do jovem” (BRESOLIN, 2016, p. 107).

Deste modo é possível afirmar que a criança, como público alvo da educação, é um grande imitador e ao mesmo tempo quer ter semelhança com seu educador. Sob a negatividade, o educando não poderá obedecer todas as vontades do seu educador, pois se for nessa linha de raciocínio, nunca conseguirá sua moral e não será livre para conseguir sua autonomia e nem sua maioridade.

No pensamento de Kant, a pedagogia, ou a doutrina da educação, está dividida em duas partes: a física e a prática. De modo que, a educação física e a prática fazem parte da doutrina da educação, ou seja, da própria pedagogia.

A doutrina a que Kant se refere, pode ser entendida como os cuidados que o indivíduo tem em relação a sua vida e que consiste em pontos importantes, tais como a cultura esclarecida ou mecânica, que é a didática que lhe dá valor a si como indivíduo, na sua formação pragmática. Esta é iminente à prudência, pois prepara o indivíduo para se tornar um cidadão. Já no que concerne à cultura moral, esta dá valor específico à espécie humana, como afirma Salgado:

A formação da prudência, porém, o prepara para tornar-se um cidadão, uma vez que lhe confere um valor público. Desse modo ele aprende tanto a tirar partido da sociedade civil para os seus fins como a conformar-se à sociedade. Finalmente a educação moral lhe dá um valor que diz respeito à inteira espécie humana¹¹.

Segundo Kant, é possível afirmar que a boa vontade não seria medida pelos efeitos, pelo seu conteúdo ou mesmo pela sua utilidade na execução de determinados fins propostos, tendo em vista que ela não é boa pelo sucesso da própria ação. Mas sim, no modo de determinação da vontade, “a faculdade do desejo, considerada não tanto em relação à ação (como o é a escolha), porém, mais em relação ao fundamento que determina a escolha para a ação”¹² que surge da própria razão humana. Neste sentido, a boa vontade acaba se tornando o princípio

¹¹ SALGADO, J.C. *A ideia de justiça em Kant: seu fundamento na liberdade e na igualdade*. 2ª ed. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 1995, p. 146.

¹² KANT, I. *A Metafísica dos Costumes*. Tradução: Edson Bini, Bauru, SP. EDIPRO, 2003, p. 63.

do querer. Entretanto, o querer não deve ser entendido como a mesma coisa de desejar algo, pois este querer é o exercício de nossa capacidade para dar a nós mesmos, princípios racionais que norteiem nossas atitudes, nossas escolhas.

Com isto, cabe destacar que a boa vontade e a razão humana são formações de sentimentos do prazer, bem como do desprazer, uma vez que a razão possibilita o conhecimento dos princípios. Desta forma, fica claro que pensar por si mesmo não se dá apenas pelo conhecer, antes de tudo implica na realização da sua filosofia prática, que busca a moralização da ação humana através de um processo racional.

Kant acreditava que a liberdade para pensar criava a capacidade para agir livremente, embora o contrário não fosse necessariamente verdadeiro. Por isso, se a boa vontade ou a liberdade de pensamento proceder de modo independente da razão destroem-se a si mesmas e caem na heteronomia¹³. Por isso, a grande tarefa da educação para a autonomia a partir do pensamento de Kant é educar o homem para uma vida racional.

A partir da pedagogia kantiana, podemos dizer que uma educação que vise formar sujeitos autônomos deve unir lições de experiência e os projetos da razão, já que a autonomia se dá especificamente quando o homem segue a lei universal que sua própria razão proporciona.

Quanto à distinção dos imperativos, sabe-se que os imperativos hipotéticos sempre buscam um meio para chegar a um determinado fim, enquanto que, pelo contrário, o imperativo categórico age sem a interação desse meio, pois “o fundamento da possibilidade dos imperativos categóricos é o seguinte: não se referem a nenhuma outra propriedade de escolha (pela qual algum propósito possa ser atribuído a ela), salvo simplesmente a sua liberdade”¹⁴.

Todos os imperativos são fórmulas da determinação da ação, que são necessários segundo o princípio de uma vontade boa. Kant divide os imperativos em princípios ou regras práticas, que são de três espécies: “regras de habilidades (problemáticas), regras da prudência (assertórico-práticos) e regras de moralidade (apodícticos)”¹⁵.

Para Kant, o princípio da boa vontade está inserido nos princípios básicos para desencadear essas habilidades dos imperativos, que preparam o homem na formação da prudência tornando-o um cidadão na qual diz respeito às regras das habilidades. Por conseguinte, a tese de Kant quer encorajar a todo ser humano a fazer uso de sua própria razão. Deste modo, pode-se afirmar que a concepção da moralidade como autonomia é algo muito significativo na história do pensamento ocidental. A descoberta da autonomia da vontade como o princípio supremo da moralidade marca um acento decisivo no pensamento kantiano, criando a concepção da moralidade como autonomia.

¹³ Na questão relacionada à moral, Kant faz uma oposição entre os conceitos de autonomia e de heteronomia. O primeiro é tomado como esta capacidade que cada indivíduo tem de prescrever o que deve fazer, ou seja, dar leis a si mesmo. Já o segundo se refere à ausência de criticidade individual ao ponto de acabar simplesmente acatando o dever por imposições de leis externas, que sejam prescritas por outros que não por si mesmo.

¹⁴ KANT, I. *A Metafísica dos Costumes*. Tradução: Edson Bini, Bauru, SP. EDIPRO, 2003, p. 65.

¹⁵ KANT, I. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. Paulo Quintela. São Paulo: Abril Cultural; 1980, p. 50.

Por essa causa Kant não aceita a tese de que a ética deveria iniciar com a definição do bem e deste derivar os conceitos da lei moral e da obrigação, já que o fundamento dessa dignidade está no próprio ser humano como ser racional. Numa palavra, pode-se dizer que se constitui na própria autonomia, já que a autonomia é o “fundamento da dignidade humana e de toda natureza racional”¹⁶. Com isto, se nota fundamentalmente o ponto de vista da moralidade, que em última instância implica na relação das ações com autonomia da vontade, isto é, “com a legislação universal possível por meio das máximas do sujeito da ação”¹⁷.

O ser humano é um ser racional, ser pensante que constrói sua própria autonomia com muita propriedade, e que se fundamenta com altivez humana, já que este possui uma vontade. Esta, muitas vezes, pode ser direcionada e até encoberta pelas inclinações sensíveis (desejos, sentimentos, emoções e paixões), uma vez que, a vontade legisladora é universal.

A autonomia da vontade é o princípio supremo da moralidade, podendo ser entendida como propriedade da razão, que é para si mesma a sua lei (*a priori*). Neste sentido, “o princípio da autonomia é, portanto: não escolher senão de modo a que as máximas da escolha estejam incluídas simultaneamente, no querer mesmo, como lei universal”¹⁸. Partindo deste pressuposto, é notória a ligação entre o princípio da autonomia e o imperativo categórico da seguinte forma:

Pela simples análise dos conceitos da moralidade pode-se, porém, mostrar muito bem que o citado princípio da autonomia é o único princípio da moral. Pois desta maneira se descobre que esse seu princípio tem de ser um imperativo, não manda nem mais nem menos do que precisamente esta autonomia¹⁹.

Enquanto moralidade, a autonomia da vontade é a única condição que pode fazer de um ser racional um fim em si mesmo, pois só por ela é possível ser membro legislador no reino dos fins. Portanto, a ideia de autonomia da vontade está vinculada à ideia da dignidade da pessoa humana. O homem, autor da própria lei, não tem valor relativo, ou seja, não tem preço, tem dignidade. Isto significa que o homem tem valor absoluto, valor inerente à humanidade, atributo próprio da racionalidade.

Kant argumenta que tem na autonomia da vontade o princípio moral da vontade e que é ela que também condiciona escolhas conforme os princípios sugeridos pela razão, uma vez que os seres humanos criam as condições para o respeito mútuo. É pertinente destacar que sua contraposição à heteronomia não tem preocupação com o valor moral da ação, uma vez que se busca compreender o conceito de liberdade e também a possibilidade do imperativo categórico, pois “a tarefa da ética é embasar a norma fundamental, a partir da qual se pode medir a

¹⁶ KANT, I. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. Paulo Quintela. São Paulo: Abril Cultural; 1980, p. 79.

¹⁷ Ibid, p.84.

¹⁸ KANT, I. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. Paulo Quintela. São Paulo: Abril Cultural; 1980, p. 85.

¹⁹ KANT, I. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. Paulo Quintela. São Paulo: Abril Cultural; 1980, p. 85.

normatividade de todas as obrigações morais”²⁰, embora reconhecendo uma separação entre o que seja a tarefa e a sua execução. Neste sentido, o método sintético parte do conceito de liberdade, que é chave para explicação da autonomia da vontade, já que a liberdade “é condição de possibilidade do agir ético”²¹, tomada como o único conceito capaz de operar a ligação entre a ideia de uma vontade absolutamente boa e a ideia de uma vontade cuja máxima é uma lei universal.

Kant inicia a terceira seção da obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* distinguindo os conceitos de vontade e de liberdade, como segue:

A vontade é uma espécie de causalidade dos seres vivos, enquanto racionais, e liberdade seria a propriedade desta causalidade, pela qual ela pode ser eficiente, independentemente de causas estranhas que a determinem; assim como necessidade natural é a propriedade da causalidade de todos os seres irracionais de serem determinados à atividade pela influência de causas estranhas²².

Como a educação consiste em exercer uma espécie de imposição de limites sobre o estado da natureza a fim de que a liberdade possa expandir abrindo espaço para a cultura, Kant busca o conceito sintético para que concilie essa passagem e os dois conceitos de liberdade subentendidos nela, a saber: liberdade como espontaneidade e liberdade como autonomia. Esse conceito sintético se indica no conceito de trabalho. Assim, liberdade e obediência são unidas sinteticamente na noção de trabalho.

A esta afirmação da vontade se denomina imperativo categórico. Deste modo, o imperativo categórico propõe a condição humana de poder decidir entre a incitação do ato e os deveres impostos pela razão, pois tem um *status* de lei universal. Em Kant, a máxima que não for universalizável há de ser descartada. Os conceitos de liberdade, de vontade e de autonomia são concebidos como interligados.

Portanto, este dualismo antropológico (natureza e razão) é de elevada importância para a construção não só do conceito, mas da liberdade enquanto tal. Sendo a liberdade, a propriedade da causalidade e, com a função legisladora, se tem que ela é autônoma.

O ser humano é, então, o sujeito da liberdade, ser que também é razão. Assim sendo, a moralidade dá-se pela liberdade, que por sua vez é expressão da vontade. A todo o ser racional que tem uma vontade temos que atribuir necessariamente também a ideia de liberdade, visto que “a ideia da liberdade está inseparavelmente ligada ao conceito de *autonomia*, e a este o princípio universal da moralidade, o qual na ideia, está na base de todas as ações dos seres *racionais* como a lei natural está na base de todos os fenômenos”²³.

²⁰ OLIVEIRA, M. A. *Ética e sociabilidade*. São Paulo: Loyola, 1993, p. 146.

²¹ OLIVEIRA, M. A. *Ética e sociabilidade*. São Paulo: Loyola, 1993, p. 144

²² KANT, I. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. Paulo Quintela. São Paulo: Abril Cultural; 1980, p. 85

²³ KANT, I. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. Paulo Quintela. São Paulo: Abril Cultural; 1980, p. 102.

Com isto, Kant afirma que o homem é caracterizado em sua pertença como um ser da natureza e de liberdade. Enquanto natureza está preso à causalidade empírica, mas, enquanto liberdade, o homem pode, ele mesmo, dar início a outras coisas. Deste modo, a liberdade se afirma como uma forma de causalidade.

Portanto, considerando-se vontade, autonomia e liberdade em seus sentidos plenos no que concerne à moral, pode-se dizer que liberdade é sujeição à moralidade. Ser livre é estar sujeito às leis morais, que para Kant, podem ser entendidas como a mesma coisa.

Considerando-se que a vontade é o poder de decidir-se contra ou favor da lei da razão, considera-se também que na concepção do filósofo, a vontade não é automaticamente livre. Sendo assim, o homem deve ser de acordo com a lei do mundo inteligível. Em outras palavras, porque o homem tem consciência de que pertence também ao mundo sensível, no qual as suas ações são simples aparição da causalidade natural, simultaneamente, a ideia de liberdade faz dele um integrante do mundo inteligível, e, enquanto tal, é capaz de dar-se a própria lei de conduta. Então, aprender a ser autônomo significa aprender a deixar-se progressivamente guiar pela lei moral.

O ensinar a pensar a partir da formação moral

O ser humano, por não receber qualquer determinação por natureza, pode construir o seu modo de vida tendo por base a liberdade da vontade, a autonomia para organizar os modos de existência e a responsabilidade pela direção de suas ações. Esta característica do ser humano constitui o fundamento da formação do sujeito.

Neste aspecto é possível acentuar a vinculação entre educação e a ação formadora do ser humano, bem como o modo como essa vinculação se concretiza em diversas situações históricas. Assim, ao definir os atributos do ato educativo como o de preparar os indivíduos para a vida social, pode-se dizer que se institui um parâmetro universal sobre os fins da educação. E esse parâmetro pode ser expresso em outro discurso paralelo a ele correspondente, que é o de formar os indivíduos para o exercício da cidadania.

O exercício da cidadania compreende os aspectos da organização e da condução da vida privada, bem como à capacidade que estes indivíduos adquirem para operar escolhas. Deste modo, o exercício da cidadania pressupõe a liberdade, a autonomia e a responsabilidade, ficando evidente que se constitui um dever de cidadão para participar na organização da vida social. Aqui é possível afirmar que a educação escolar moderna tem um papel de elevada importância no que concerne à preparação dos educandos para o exercício da cidadania.

A Pedagogia, para Kant, “é ou física ou prática”²⁴, de modo que a primeira é passiva para o aluno, já a segunda é tomada como forma para viver e agir livremente. Kant dedica muita importância ao outro na moral e na educação, isto devido à dignidade que possui o sujeito como fim em si mesmo.

²⁴ KANT, I. *Sobre a Pedagogia*. Trad. De Francisco Cock Fontanella. 2ª ed. Piracicaba Editora Unimep, 1999, p. 45.

A dimensão política da educação é evidenciada nas práticas sociais da mesma, onde sua intencionalidade consiste em transmitir ao sujeito o saber necessário para direcionar sua inserção na sociedade. O autor nos convida a um questionamento: por que o homem é a única criatura que precisa ser educada? Kant nos fornece uma primeira aproximação conceitual para que sejam elaborados novos níveis de argumentos, propondo que “quem não tem cultura de nenhuma espécie é um bruto; quem não tem disciplina ou educação é um selvagem”²⁵. Assim temos um destaque específico ao papel da disciplina, tomada como de elevada importância para o bom andamento do desenvolvimento educacional de cada indivíduo.

A Educação moral é entendida como aquela pela qual o homem deve ser moldado para assim poder vivenciar a própria liberdade. Para Kant, a educação se estrutura em três tipos de cultura: cultura escolástica (mecânica), cultura pragmática (relativa à prudência) e cultura moral (relativa à moralidade).

Através da cultura da prudência, o homem prepara-se para utilizar bem a habilidade que é própria do homem, para se tornar um cidadão, porque adquire um valor público. Enfim, pela educação moral o homem adquire um valor especificamente humano e ao que lhe é próprio. A cultura moral baseia-se nos princípios de que o homem deve conhecer para conquistar a moralidade, como bem explica Kant:

O homem precisa da formação escolástica, ou da instrução, para estar habilitado a conseguir todos os seus fins. Essa formação lhe dá um valor em relação a si mesmo, como indivíduo. A formação da prudência, porém, o organiza para tornar-se um cidadão, uma vez que lhe atribui um valor público. Desse modo ele aprende tanto a tirar o partido da sociedade civil para os seus fins como a conformar-se à sociedade. Enfim, a formação moral lhe dá uma importância que diz respeito à inteira espécie humana²⁶.

A educação moral de Kant se distingue das outras formas de educação por que ele propõe como princípio partir da disciplina, pois “é impensável para Kant, uma educação sem disciplina. [...] A disciplina será o primeiro momento da educação, necessário para não deixar o homem desviar-se de seu propósito”²⁷, para conseqüentemente apoiar-se totalmente na liberdade. Pode-se afirmar que esta educação não se fixa, portanto, na disciplina, mas especialmente nas máximas. Desta maneira, deverá se conduzir de forma reflexiva para que não seja feito somente o que é bom, mas sim, que o faça porque isto é a base para a fundação e formação do próprio caráter individual. A educação é tomada como o instrumento mais poderoso na promoção humana, em vista que apenas ela torna reais suas possibilidades, acontecendo, a transformação da potência em um ato.

Educar o homem para a moralidade é fazer com que o mesmo tenha possibilidade de ser feliz, abrangendo sua dignidade enquanto pessoa que encontra

²⁵ Ibid, p. 46.

²⁶ KANT, I. *Sobre a Pedagogia*. Trad. De Francisco Cock Fontanella. 2ª ed. Piracicaba Editora Unimep, 1999, p. 35.

²⁷ BRESOLIN, Keberson. *A filosofia da educação de Immanuel Kant: da disciplina à moralidade*. Caxias do Sul, RS: Educus, 2016, p. 58.

a felicidade dentro de si, no exercício de sua liberdade. Como afirma Bresolin (2016):

A educação Kantiana, assim como toda sua obra, assenta-se sobre uma imagem crítica do homem, quer dizer, sobre a necessidade de uma perfeição a ser realizada. A educação compreende também a passagem da natureza à liberdade, pois, sem uma educação que vise à maioridade, é impossível pensar que o ideal de liberdade aproxime-se da efetividade. O homem tem necessidade de sua razão por que ela o torna o que ele realmente é: um ser racional²⁸.

Neste sentido, na construção teórica da moral kantiana é evidenciado que no homem existe uma faculdade racional direcionada às atitudes no sentido da ação, tendo esta a função de ordenar suas condutas diante das suas inclinações e motivações. Com isto, Kant defende que há em todos os seres humanos, um dado a priori, o dever, que é tomado como um imperativo categórico. Desta maneira pode-se dizer que age moralmente bem, apenas aquele que age por puro dever, tendo respeito maior ao dever.

Pode-se afirmar, então, que a ação moral deve se guiar pelo sentido do dever prescrito pela razão e, para alcançar o sentido desta moral racional (transcendental), se torna necessário acompanhar a evolução conceitual da ideia do dever na obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, que envolve dois outros conceitos essenciais para formação da referida moral, sendo estes a boa vontade e o imperativo categórico.

Conforme exposto, pretende-se consolidar a ideia de que todo o sistema moral kantiano está estruturado sob o primado da razão como aquele que fundamenta o agir humano. Neste contexto, diz-se que é pura porque as regras da razão prática, ou seja, do agir são “constituídas” sem interferência do mundo sensível, das inclinações. A propósito, como enfatiza o próprio Kant:

[...] eu exijo, para que a Crítica de uma razão pura prática possa ser acabada, que se possa demonstrar simultaneamente a sua unidade com a razão especulativa num princípio comum; pois no fim de contas trata-se sempre de uma só e mesma razão, que só na aplicação se deve diferenciar²⁹.

Conforme acima citado, a razão pura e a razão prática são aspectos de uma mesma razão, mas esta diferença, mesmo que metodológica, é essencial para o sistema filosófico de Kant, quando ele trata do conhecimento e da moral. Na concepção do filósofo, todo racional é capaz de reconhecer a lei moral ditada pela razão. Assim, utiliza duas situações para mostrar a supremacia da razão: a de um doente que pode escolher o prazer de uma comida que afeta os sintomas ou a renúncia em favor de uma provável felicidade; a outra diz respeito ao amor do

²⁸ BRESOLIN, Keberson. *A filosofia da educação de Immanuel Kant: da disciplina à moralidade*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2016, p. 57.

²⁹ KANT, I. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. Paulo Quintela. São Paulo: Abril Cultural; 1980, p. 106.

Evangelho que ordena o amor incondicional, inclusive aos inimigos. Do primeiro exemplo conclui-se a existência de um querer, uma vontade ordenadora. Sobre o segundo exemplo, eis as seguintes palavras:

[...] o amor enquanto inclinação não pode ser ordenado, mas o bem-fazer por dever, mesmo que a isso não sejamos levados por nenhuma inclinação e até se oponha a ele uma aversão natural e invencível, é amor prático e não patológico, que reside na vontade e não na tendência da sensibilidade, em princípios da ação e não em compaixão lânguida. E só esse amor é que pode ser ordenado³⁰.

Com isto, podemos afirmar que uma ação para ter valor moral, não basta ser praticada de acordo com o dever, mas sim pelo real dever. Desta maneira, segundo as palavras de Kant é notável que não é o fim que determina o valor moral de uma ação, uma vez que o fim pode até ser bom, mas a boa vontade faz parte da composição do valor moral do ato.

O compromisso social do indivíduo autônomo

No que concerne à dimensão antropológica e moral da educação, no pensamento de Kant, pode-se afirmar que existe um cuidado com três aspectos específicos do ser humano, sendo eles: a infância, a disciplina e a instrução. Estas são de fundamental importância à formação humana. Com isto, é notável que, além de ser um processo que educa o homem para a liberdade, a educação está totalmente relacionada com a moral, pois, como afirma Kant:

Uns e outros deixam de se propor como fim último o bem geral e a perfeição a que está destinada a humanidade e para a qual esta tem as disposições. O estabelecimento de um projeto educativo deve ser executado de modo cosmopolita. Mas o bem geral é uma ideia que pode tornar-se prejudicial ao nosso bem particular? Nunca! Já que, ainda que pareça que lhe devemos sacrificar alguma coisa, na verdade trabalhamos desse modo melhor para o nosso estado presente. E, então, quantas consequências nobres se seguem! Uma boa educação é justamente a fonte de todo bem neste mundo. Os germes que são depositados no homem devem ser desenvolvidos sempre mais. Na verdade, não há nenhum princípio do mal nas disposições naturais do ser humano. A única causa do mal consiste em não submeter à natureza a normas. No homem não há germes, senão para o bem³¹.

Pode-se afirmar, então, que “o conceito de pedagogia, ou educação, de Kant, além de se conectar com a filosofia moral, liga-se também à sua filosofia da história – principalmente com a lei de progresso – e com a antropologia pragmática –

³⁰ KANT, I. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. Paulo Quintela. São Paulo: Abril Cultural; 1980, p. 114.

³¹ KANT, I. *Sobre a Pedagogia*. Trad. De Francisco Cock Fontanella. 2ª ed. Piracicaba Editora Unimep, 1999, p. 24.

principalmente com a ideia de construção de caráter”³². Neste sentido, a educação adquire um sentido pragmático enquanto instrumental que tem como principal meta a preservação da vida, bem como a conquista da civilização e o direcionar cada indivíduo à aquisição de princípios morais que norteiem sua vida. Desta maneira, conforme menciona Zatti, a respeito de que Kant,

[...] com isso quis dizer que não pode se afirmar no homem uma vontade, uma razão praticamente legisladora que desejasse o mal. Então, considerando seu caráter inteligível, a humanidade é integralmente boa. Cabe ao homem optar por guiar-se pela sua razão ou não. Mas ele será autônomo na condição de guiar-se pela razão, por isso a educação deve objetivar a racionalidade, isso porque o ser racional pode promulgar para si a lei universal e assim, ser autônomo. Já que o homem não nasce determinado para o bem ou para o mal, Kant propõe uma educação como aprendizagem do exercício das regras no plano teórico e prático. Como Kant pensa o homem enquanto participante do mundo sensível e do inteligível, propõe que a educação deve disciplinar para impedir que a selvageria, a animalidade, prejudique o caráter humano³³.

Com isto, Kant menciona que é necessário que essa antropologia influencie totalmente na sua moral enquanto educação, já que a sociabilidade em torno de uma criança começa a delinear seu caráter, precisando existir um aumento na prática de valores que possam realmente marcar a sua educação. Aqui é possível destacarmos que o autor tratado deixa clara a necessidade da alteridade, isto por que a construção da própria identidade depende do outro, que pode lhe proporcionar a capacidade de pensar e assim fazer emissões de juízos morais.

Desta forma a educação moral deve ser iniciada o mais cedo possível em cada indivíduo, mesmo que a criança ainda ignore o sentido moral e sua existência, bem como ainda não seja possível fazer com que ela já entenda esse sentido de modo imediato. Assim, o educador tem um papel de elevada importância quanto ao cuidar para que a educação moral possa acontecer lentamente ou da forma mais natural possível, cabendo observar que o ser humano realmente aprenda a pensar por si mesmo.

É com base nisso que é preciso se habituar a refletir a cada momento, bem como estar atento à universalidade para não perder de vista os princípios morais, tendo em vista que o exercício do pensamento é imprescindível a ações morais. O primeiro esforço da educação moral é formar a base para a fundação do caráter do homem, formando, assim, a boa vontade e o dever. A ação moralmente correta é tomada como aquela praticada por dever. Daí, a compreensão do conceito de dever, que por sua vez depende de outros dois conceitos; boa vontade e lei moral, como bem ressalta Kant:

³² BRESOLIN, Keberson. *A filosofia da educação de Immanuel Kant: da disciplina à moralidade*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2016, p. 69.

³³ ZATTI, V. *Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, p. 32.

Podemos agora acabar por onde começamos, quer dizer pelo conceito de uma vontade absolutamente boa. É *absolutamente boa a vontade* que não pode ser má, portanto quando a sua máxima, ao transformar-se em lei universal, se não pode nunca contradizer. A sua lei suprema é pois também este princípio: Age sempre segundo aquela máxima cuja universalidade como lei possas querer ao mesmo tempo; esta é a única condição sob a qual uma vontade nunca pode estar em contradição consigo mesma, e um tal imperativo é categórico. E pois que a validade da vontade, como lei universal para ações possíveis, tem analogia com a ligação universal da existência das coisas segundo leis universais, que é o elemento formal da natureza em geral, o imperativo categórico pode exprimir-se também assim: *Age segundo máximas que possam simultaneamente ter-se a si mesmas por objecto como leis universais da natureza*. Assim fica constituída a fórmula de uma vontade absolutamente boa³⁴.

Em Kant, o ensinar se constitui em instrumento necessário à educação: um ensinar que dignifica, ao invés de humilhar, de submeter, coisificar o homem. Nesse sentido, a coerção aparece como recurso capaz de restringir o livre-arbítrio e orientá-lo para que se encaminhe em direção à vontade boa. Para que o homem adquira um princípio básico e necessário que tenha confiança em si mesmo. Tomar uma decisão e cumpri-la devidamente é expressão de um caráter bem formado.

Kant enfatiza que qualquer homem tem capacidade moral, independentemente de sua condição social ou de sua cultura. Ela é próprio de todo homem que, por ser racional, é dotado de uma vontade a qual não sofre alteração pelo fato do indivíduo possuir mais ou menos instrução. Não é a instrução ou forma de educação que vai estabelecer essa capacidade, “mas é melhor, no *juízo* moral, proceder sempre segundo o método rigoroso e basear-se sempre na fórmula universal do imperativo categórico: ‘Age segundo a máxima que possa simultaneamente fazer-se a si mesma lei universal’”³⁵.

O homem é um fim em si mesmo, tem em si valor absoluto e só o fato de existir basta a si. Disso decorre que em qualquer hipótese não pode ser usado como meio, sob pena de ser considerado como coisa. Deste modo, o filósofo assim se refere: “em todas as suas ações, tanto nas que se dirigem a ele tem sempre de ser considerado simultaneamente como fim”³⁶. Somente os seres racionais têm valor em si mesmo. Kant vê a educação, em sua dimensão antropológica-moral, como um processo que se relaciona basicamente à liberdade; do processo que para ele, começa sempre de novo, mas não sempre do zero. A humanidade vai sendo cada vez mais esclarecida a cada geração, com novas formas de pensar, agir e sentir.

Neste sentido, o homem, por natureza, não é um ser moral, mas torna-se moral por meio da educação. O homem precisa a todo o momento ser acompanhado, moralmente orientado, melhor dizendo “educado” para que possa se

³⁴ KANT, I. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. Paulo Quintela. São Paulo: Abril Cultural; 1980, p. 80-81.

³⁵ *Ibid*, p.80.

³⁶ *Ibid*, p.135.

constituir em um membro ativo, participante da sociedade, mas principalmente, para que não se perca nunca, como homem nesta sociedade.

Kant acredita no poder da educação para a formação moral do homem e o bem-estar da sociedade. Ele sempre pensou no homem agindo segundo sua liberdade e sua moralidade, para orientar-se de forma favorável aos princípios da prática do bem no mundo que lhe é imposto.

Em sua reflexão sobre a boa educação, Kant alega que a educação que faz sentido no mundo é aquela que dá origem a tudo o que há de bom no mundo. Isto por que o homem é um ser inacabado, que tem em si uma disposição para o bem, cabendo, então, bem desenvolvê-la no percurso da vida de cada indivíduo. Deste modo, afirma Kant:

O homem não pode tornar-se um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação dele faz. Note-se que ele só pode receber tal educação de outros homens, os quais a receberam igualmente de outros. Portanto, a falta de disciplina e de instrução em certos homens os torna mestres muito ruins de seus educandos, Se um ser de natureza superior tomasse cuidado da nossa educação, ver-se-ia, então, o que poderíamos nos tornar³⁷.

Uma educação moral adequada fará com que o homem sinta “a necessidade de fazer todos os dias um balanço de seus atos para poder, ao final de sua vida, fazer uma avaliação do valor da vida”³⁸. Com isto, Kant define filosoficamente o homem pela necessidade da educação.

A educação é responsável pela formação e transformação do homem propiciando-lhe os meios adequados ao exercício de sua liberdade, autonomia e humanidade. Neste sentido, pode-se o homem se humaniza pela educação. Os homens são os únicos responsáveis pela sua formação e conduta de si próprios, uma vez que é senhor de seu destino, mas não é nada sem educação. Cabe ao homem optar por guiar-se pela sua razão ou não. Por isso, a educação deve objetivar a racionalidade, isso porque o ser racional pode promulgar para si a lei universal, já que homem não nasce determinado para o bem ou para o mal.

No que se refere à educação, o pensamento kantiano tem implicações decisivas, pois, em última instância, é o indivíduo que constrói o seu saber. É necessário que o homem, sobretudo os jovens estudantes compreendam que a educação é a construção de toda uma vida, não se aprende um ensinamento acabado, pronto, pois o aprendizado é um processo contínuo.

A educação para Kant é a condição que contribui no processo do homem para alcançar autonomia. A definição de sujeito autônomo implica a liberdade. Com autonomia o sujeito vence paulatina e progressivamente a propensão para o mal e se converte para o bem. A descoberta da autonomia da vontade como o princípio supremo da moralidade marca um acento decisivo no pensamento kantiano. A

³⁷ KANT, I. *Sobre a Pedagogia*. Trad. De Francisco Cock Fontanella. 2ª ed. Piracicaba Editora Unimep, 1999, p.15.

³⁸ Ibid, p. 65.

concepção da moralidade como autonomia é algo muito significativo na história do pensamento, pois Kant inventou a concepção da moralidade como autonomia.

Para que a vontade seja autônoma, não deve prover de uma fonte externa e estranha ao próprio sujeito, mas da própria razão. O fundamento da ação moral situa-se na autonomia da vontade, que não é outra coisa senão afirmar que o agente moral é capaz de ser autárquico.

Segundo Kant aprender a ser homem significa aprender a deixar-se progressivamente guiar pela razão, ter a capacidade e a coragem de sair da menoridade e dar-se a própria lei da conduta. A educação proposta por Kant remete a um processo de educar o homem para a sua própria liberdade frente aos princípios morais.

A filosofia prática kantiana trata do dever ser, ou seja, ocupa-se com tudo aquilo que deve necessariamente acontecer do ponto de vista da moralidade, isto levando em consideração as especificidades e particularidades da natureza humana, que Kant em alguns momentos da sua filosofia prática, chamará de ética. Esta cuida especificamente dos puros princípios do dever pela aplicação destes aos casos da experiência e apresenta-os prontos para o uso moral.

Kant ao abordar questões acerca da natureza e condições humanas, traz para o debate da sua filosofia prática os elementos de uma moral aplicável, isto é, aborda partes relevantes da experiência humana, por exemplo, a própria natureza e a condição do ser humano, a cultura e a educação investigando desse modo, a possibilidade da efetividade moral, de realização e eficácia do fundamento puro dos costumes.

Levando em consideração o geral da Filosofia Prática de Kant, podemos visualizar, desse modo, o lugar próprio da educação no interior de sua filosofia, bem como a sua função específica, isto é, a educação enquanto um dos mecanismos capaz de aplicação dos princípios morais, noutras palavras, um dos caminhos para a efetivação da própria moralidade, ou seja, um dos mecanismos capaz de assegurar a eficácia moral pelo aprendizado na nossa formação moral. Isto porque, a educação tem como principal tarefa “o fortalecimento e a consolidação do caráter, de modo que cada indivíduo possa, por si mesmo, tornar-se autônomo, dono e responsável por seus atos”³⁹.

A razão, portanto, entendida como faculdade prática, produz uma vontade não apenas boa enquanto é mediação para outra finalidade, mas uma vontade boa em si mesma. Deste modo, a boa vontade se manifesta na medida em que for determinada pela razão, uma vez que “a vontade é a faculdade de escolher só aquilo que a razão, independentemente da inclinação, reconhece como praticamente necessário, quer dizer, como bom”⁴⁰.

³⁹ BRESOLIN, Keberson. *A filosofia da educação de Immanuel Kant: da disciplina à moralidade*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2016, p. 108.

⁴⁰ KANT, I. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. Paulo Quintela. São Paulo: Abril Cultural; 1980, p. 47.

Considerações finais

Considera-se de elevada importância observar que é propósito do homem desenvolver o que lhe é inerente, a disposição para o bem. Tal disposição necessita por sua vez da educação. Kant fundamenta que a educação exige do sujeito o ato de ensinar a pensar, isto enquanto processo que está totalmente relacionado com a moral, pois segundo Kant, uma boa educação é precisamente a fonte de onde brota todo bem praticável no mundo.

Kant compreende que a educação tem um aspecto pragmático, transformando-se em uma ferramenta para a pedagogia. A educação é um instrumental que tem por objeto preservar a vida, buscar a civilização e direcionar o ser humano à prática de princípios morais. A Educação tem como função encaminhar o ser humano em direção ao fim último, que é sua ideia de perfeição. Portanto, uma educação que atinja sua finalidade cumpre, ao mesmo tempo, a finalidade da filosofia moral e política. O ser humano moral é o ideal a ser seguido no processo de educação, e apenas uma sociedade politicamente justa está apta a capacitá-lo a cumprir sua inteira destinação.

Com o intuito de obtermos uma sociedade justa, faz-se necessário um conjunto de cidadãos também justos, ou seja, morais. Com isto, uma sociedade justa é formada por seres morais, que por sua vez dependem de uma sociedade justa para se efetivar moralmente. O processo de educação perpassa os dois âmbitos, da justiça e da moralidade na efetivação da constituição do ser humano.

Por fim, o ideal aspirado pela educação kantiana é ao mesmo tempo o sonho dos seres humanos. Isto é, cada ser humano se torna e se reconhece no conceito de humanidade. Para tanto, faz-se necessário o progresso, pois por meio dele está garantida a possibilidade de contemplar a finalidade moral do ser humano, não sob um aspecto individualista, mas universal. Assim, a noção de progresso dá ao ser humano a esperança de atingir sua inteira finalidade na espécie.

Daí a importância da sociedade tomar consciência do coletivo, pois só nela será possível que o ser humano se afirme como um ser esclarecido e autônomo. O ser humano encontra a possibilidade de desenvolver sua cultura e seu esclarecimento, tornando-se um ser autônomo. Kant apontou novos limites e novas possibilidades para compreendermos o mundo moderno. É necessário que o ser humano saia de sua menoridade. É como se vivesse numa comunidade e devesse passar a construir-se em sociedade. Como descreve Kant, as disposições para o bem não estão prontas, não se desenvolvem por si mesmas, uma vez que a felicidade ou a infelicidade humana depende do próprio ser humano, cabendo a ele desenvolvê-la de forma crítica e autônoma pelo esclarecimento adquirido através da boa educação.

* * *

Referências

BRESOLIN, Keberson. **A filosofia da educação de Immanuel Kant: da disciplina à moralidade**. Caxias do Sul, RS: Educus, 2016.

KANT, I. **A Metafísica dos Costumes**. Tradução: Edson Bini, Bauru, SP. Edipro, 2003.

_____. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Trad. Paulo Quintela. São Paulo: Abril Cultural; 1980.

_____. **Resposta à pergunta: Que é esclarecimento?** Textos Seletos. Tradução Floriano de Sousa Fernandes. 3 ed. Editora Vozes: Petrópolis, RJ. 2005. Pg. 63-71.

_____. *Sobre a Pedagogia*. Trad. De Francisco Cock Fontanella. 2ª ed. Piracicaba Editora Unimep, 1999.

OLIVEIRA, M. A. **Ética e sociabilidade**. São Paulo: Loyola, 1993.

PINHEIRO, C.M. **Kant e a educação em Kant**: reflexões filosóficas. Caxias do Sul: Educs, 2007.

SALGADO, J.C. **A ideia de justiça em Kant**: seu fundamento na liberdade e na igualdade. 2ª ed. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 1995.

ZATTI, V. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.